

ATAS 2001

PAUTA

DATA: 13 e 14 de março de 2001

Horário: 9h00

Local: Sala de Reunião da Secretaria Executiva do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Endereço: Rua da Ajuda, nº 5 - 9º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ

REGISTRO DE PRESENÇAS

Representação governamental: 13 representantes

Ministério da Justiça - suplente	Ismaelita Maria Alves de Lima
Ministério da Educação - titular	Marilene Ribeiro dos Santos
Ministério da Saúde - titular	Sheila Miranda da Silva
Ministério do Esporte e do Turismo - titular	Nilma Garcia Pettengill
Ministério do Trabalho e Emprego - suplente	Iêda Ribeiro Dias dos Santos
Ministério dos Transportes - titular	Ernesto Augusto Lucas Neves
Ministério da Cultura - suplente	Marília Eustáquio Couto
Ministério Público Federal - titular	Maria Eliane Menezes de Faria
Ministério Público do Trabalho - titular	Maria Aparecida Gugel
Ministério das Comunicações - suplente	Jeuse Machado Viegas
Ministério da Previdência e Assistência Social - titular	Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Casa Civil da Presidência da República - titular	Edison Silveira Collares
Ordem dos Advogados do Brasil - titular	Herilda Balduino do Souza

Representantes das Entidades não Governamentais: 11 representantes

SOB - titular	Cândida Maria Bittencourt Carvalheira
UBC - titular	Adilson Ventura
FBASD - titular	Maria Thereza Almeida Antunes
ABRA - titular	Marisa Furia da Silva
FENASP - titular e vice-presidente do CONADE	Lizair de Moraes Guarino
FEBIEX - titular	Maria José Calheira L. T. da Silva

FENEIS - titular	Lúcia Severo da Costa
Federação Nacional das APAEs - titular	Flávio José Arns
Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação - titular	Linamara Rizzo Battistella
CNC - titular	Magnus Ribas Apostólico
ONEDF - titular	Regina Lúcia Barata Pinheiro

P A U T A

Dia 13/3/2001

Horário: 9:00 às 14:00h

Leitura, encaminhamentos e aprovação da Ata da V Reunião Ordinária (30 minutos)

Apresentação, por representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do tema: "O CONSELHO ESTADUAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E AS INTERRELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO". (40 min. - palestra e 20 min. - debates)

Apresentação do tema Educação Inclusiva - A atuação da Secretaria de Educação Especial no planejamento da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais"(40 min. - palestra e 20 min. - debates) - Conselheira Marilene Ribeiro dos Santos.

Apresentação do tema "Discriminação de trabalhadores portadores de deficiência para determinadas atividades", pela Conselheira Maria Aparecida Gugel e explanação sobre a adequação de empresas nos estados de São Paulo, Goiás e Ceará por Procuradores dos respectivos Estados (45 min. - palestra e 15 min. - debates).

Formulação de critérios para implantação/implementação de Conselhos de Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência em Estados e Municípios - Presidente, em exercício, Sra. Lizair de Moraes Guarino.

Dia 13/3/2001-04-06

Horário: 14:00 às 17:0h

Almoço e visita à Sociedade Pestalozzi de Niterói.

Dia 14/3/2001

Horário: das 9:00h às 17:00h

Tomada de posição frente ao esvaziamento das últimas reuniões, impedindo votações importantes.

Apresentação do problema que a FENEIS vem enfrentando com o contrato da DATAPREV, quanto à possível demissão de 91 (noventa e um) funcionários surdos, que atuam há doze anos na FENEIS, uma vez que o último contrato foi colocado como exigência que a cada período de dois anos de contratação, deveria ser feita a sua respectiva substituição - Conselheira Lúcia Severo da Costa

Apresentação do tema: A ausência de financiamento adequado para a cidadania do portador de deficiência e, em alguns casos, o exame de situação de discriminação - Conselheiro Flávio Arns.

MEC:

- não participação no FUNDEF
- não participação nos programas suplementares
- cortes substanciais no orçamento de 2001, sendo as demais secretarias aquinhoadas com aumentos de até 2000%
- participação no programa bolsa-escola

INSS:

- não regulamentação adequada da isenção do pagamento da quota patronal;
- Assistência Social;
- falta de acesso na maioria das entidades aos recursos para ações de natureza continuada, valores não reajustados, valores (para muitos) ínfimos sendo repassados;
- análise das dificuldades sendo enfrentadas com o benefício da prestação continuada.

TRABALHO

- ausência de uma política salarial para o portador de deficiência
- inexistência de recursos para despesas de capital
- análise dos problemas enfrentados por Estados, com recursos do FAT

SAÚDE

- ação para pagamento de pessoal técnico
- medicamentos
- órteses e próteses

Apresentação dos temas: Agência Nacional de Saúde Suplementar e Cobertura de Assistência Multidisciplinar aos Portadores de Deficiência e Oferta de Órteses e Próteses pelos Seguros Privados, pela Conselheira Linamara Rizzo Battistella.

Apresentação dos temas: Revisão dos critérios para concessão do benefício de prestação continuada regulado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e Divulgação e mobilização para projetos de sucesso na remoção de barreiras arquitetônicas existentes, pela Conselheira Maria Eliane Meneses de Farias.

ASSUNTOS GERAIS

Designação de grupo especial para averiguar as denúncias que foram feitas pelo Representante do Conselho de Direitos para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência do Estado de São Paulo, na última reunião, com referência à permanência e ao tratamento dado a essas pessoas na FEBEM/SP - objeto da denúncia.

Formulação de estratégias visando operacionalizar a apresentação dos programas/projetos/ações que cada área representada no Conselho está desenvolvendo, contendo as respectivas estratégias e os resultados alcançados, bem como, discutir sobre a participação do CONADE no desenvolvimento dos programas/projetos/ações apresentados (em que medida o CONADE pode ajudar).

O papel dos Conselheiros em seus estados, na questão da divulgação do CONADE.

Encaminhamento de temas para a pauta da próxima reunião

Outros que se apresentem.

ABERTURA

A Presidente, em exercício, Lizair de Moraes Guarino, abriu a sessão plenária da VI Reunião Ordinária do CONADE, dando as boas vindas aos Conselheiros.

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONADE

Procedeu-se à leitura da Ata da V Reunião Ordinária do CONADE e, ao término, foram feitas algumas considerações, culminando com a sua aprovação, pelos membros integrantes da mesa. A Conselheira Marilene Ribeiro dos Santos agradece ao CONADE por ter colocado na pauta o tema EDUCAÇÃO INCLUSIVA e afirma que a escola não pode negar a entrada de um aluno deficiente. Declara que dentro do Sistema Educacional existem 3.374 alunos atendidos (deficientes), onde estão os outros. Acrescenta que as escolas especiais têm que atuar com os alunos nas suas necessidades. A Representante do Ministério Público de São Paulo, Dra. Maria Eugênia, diz que as escolas em São Paulo estão informadas sobre a necessidade de receber os alunos deficientes. Embora não estejam ainda adaptadas, estão funcionando bem. Diz que a escola precisa ter método preparado, adequado à acessibilidade e que falar em educação é falar em educação para todos. O Conselheiro Adilson Ventura comenta que a Cruzada Braille (nome fantasia) é um projeto que será implantado, junto ao Ministério da Educação, para que os professores aprendam o método Braille. A Conselheira Sheila Miranda diz que gostaria que houvesse uma parceria saúde/educação e que irá apresentar uma proposta nesse sentido.

DESCENTRALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONADE

É aberta a votação para definição da descentralização das reuniões, ficando decidido que a próxima será em junho, em Recife. Com relação à realização das reuniões de dois em dois meses terá que se levar em conta a questão orçamentária e a necessidade de se alterar o art. 12 da Portaria nº 537, de 1º de outubro de 1999. A Conselheira Ismaelita Maria Alves de Lima esclarece que todas as atribuições do CONADE são regulamentadas em leis e decretos e cita que o funcionamento deste Conselho tem que estar em consonância com a política do governo. Concorde que haja uma descentralização e a alteração da citada Portaria para definir a questão. A Senhora Lizair de Moraes Guarino, Presidente em exercício, põe em votação as reuniões alternadas do Conselho. Os membros integrantes optam pela reunião alternada.

BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA

Dra. Eugênia, Procuradora do Ministério Público Federal de São Paulo, fala sobre a revisão dos critérios para a concessão do Benefício da Prestação Continuada e comenta o que é que o Ministério Público tem feito na área de acessibilidade, oficializando as instituições para que construam rampas e tudo aquilo que diz respeito à acessibilidade. Informa que existe um projeto pelo CEPAM chamado adote "uma rampa", para o qual as empresas da cidade podem assumir a responsabilidade de efetuarem em determinado local, a faixa, a rampa e nela colocar um logotipo da empresa. O Conselheiro Flávio Arns declara que a pessoa pode acumular o Benefício da Prestação Continuada com o salário, desde que não ultrapasse determinado valor. Pede que seja feita uma revisão no quadro de concessão desse benefício. Sugere uma ação nacional por parte da CORDE para que todos os prédios e estacionamentos públicos federais dos Ministérios estejam totalmente de acordo com a acessibilidade. Defende a tese de que só se poderá liberar recursos para projetos de ginásios esportivos, hotéis e escolas e etc se constar do projeto, previsão de adaptação em relação à acessibilidade. A Conselheira Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior, representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, esclarece que o repasse de verba para custear o Benefício da Prestação Continuada vem do Fundo Nacional de Assistência Social e declara que o recurso repassado a São Paulo não é para realizar cursos profissionalizantes e sim para realizar a revisão dos benefícios. A Conselheira Marisa Fúria sugere ao CONADE criar uma estratégia para que no orçamento de 2002 tenha recurso suficiente, para não haver corte de um quarto para o Benefício da Prestação Continuada.

DENÚNCIA

- Conselheiro Adilson Ventura - representante da União Brasileira de Cegos/UBC, relata que no mês de fevereiro, em São Paulo, ele e um amigo se dirigiram a um Cartório de Notas para abrirem uma firma para possíveis reconhecimento de documento. O tabelião os impediu de fazer a ficha, alegando que por serem cegos precisariam de um tutor ou uma procuração para tal, pois este procedimento era uma determinação da Corregedoria de São Paulo. Depois de apresentar-se como membro do CONADE e dizer que faria uma denúncia de discriminação, foi permitido abrir a firma. O Conselheiro,

após esta denúncia, sugere que seja averiguada esta violência por ele sofrida.

- Denuncia, também, o advogado, dr. Carlos Alberto do Rio de Janeiro, que foi se inscrever em concurso público para promotor de justiça em Santa Catarina e o seu pedido foi indeferido pelo fato de ser cego, justificando haver incompatibilidade. O dr. Carlos, presente na reunião, relata todo o fato e reforça a denúncia para o Conselho.
- Dra. Lizair solicita que ambas denúncias sejam encaminhadas ao CONADE para que na, Reunião em Brasília, seja acionada a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão para estudar, de que maneira vai proceder nessa situação.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

A conselheira Maria Aparecida Gugel, representante do Ministério Público do Trabalho - apresentou, como de praxe, as atividades desenvolvidas durante o bimestre nas Procuradorias Regionais. Inovou-se desta vez, com a apresentação direta dos resultados das Procuradorias Regionais do Trabalho da 2ª Região/SP e 18ª Região/GO, através das Procuradoras do Trabalho Denise Lapolla Aguiar Andrade e Janilda de Guimarães Lima Collo. A apresentação foi no sentido de fazer com que os Senhores Conselheiros e ouvintes refletissem sobre os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito que impulsionam o Ministério Público do Trabalho através de seus membros, na promoção dos interesses das pessoas portadoras de deficiência voltados para a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho. Objetiva-se com isso atingir os fundamentos constitucionais de: construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Quanto aos direitos sociais, destaque ao art. 7º, XXXI, proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de se criar discriminação direta na própria comunidade de pessoas portadoras de deficiência se previamente indicar e definir quais atividades desenvolvidas pela pessoa portadora de deficiência. As empresas e o próprio Movimento devem refletir sobre as possibilidades e potencialidades destes trabalhadores. Discriminatória é a atitude que afirma que deficientes auditivos podem exercer suas funções sob efeito de altos ruídos ou, deficientes visuais podem exercer suas funções em câmaras escuras ou, ainda, deficientes físicos (cadeirantes) são talhados para a digitação. Sabe-se que todas as pessoas com capacidade plena ou aquelas com a capacidade reduzida detêm potencialidades infinitas. Buscar a capacitação profissional, fazer valer as regras de adequação do meio ambiente de trabalho e promover a interação com os demais trabalhadores nas relações de trabalho deve ser meta do próprio Movimento.

CONTRATO FENEIS/DATAPREV

O advogado da FENEIS, Dr. Carlos Renato, faz denúncia de um contrato da FENEIS e a DATAPREV, em vigor há mais de doze anos. O contrato previa o aproveitamento da mão-de-obra de pessoas surdas na DATAPREV, mediante terceirização. A cada ano de sua renovação havia mudanças no contrato. Extinguiam ou retiravam parte dos direitos desses surdos, como mudança na equivalência salarial, tíquete refeição, assistência médica e etc e, o mais lamentável, a dispensa de boa parte dessas pessoas portadoras de deficiência. A Conselheira Iêda Ribeiro Dias dos Santos informa que existe um órgão no Ministério do Trabalho e Emprego com um procedimento instituído e chamado "Mesa de Negociação", onde casos como o da FENEIS possam ser negociados com representantes das partes. O Conselheiro Magnus Ribas sugere, nesse caso, que o CONADE solicite à DATAPREV a revisão do contrato e também que a Presidente, em exercício, faça uma visita ao Ministro da Previdência e solicite a revisão desse contrato, bem como a sua expansão. A Senhora Lizair de Moraes Guarino anuncia decisão: que o Advogado da FENEIS faça uma representação ao Conselho solicitando uma audiência com o Ministro da Previdência. A Conselheira Cândida Maria Bittencourt Carvalheira sugere que este Conselho promova um debate, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para esclarecer as novas formas de trabalho, criando uma câmara técnica. A Conselheira Ismaelita Maria Alves de Lima enfatiza que a questão da discussão de empregabilidade está sendo feita pela Comissão Especial, ligada à Secretaria Executiva. A Conselheira Nilma Garcia Pettengil sugere que o projeto "Pintando a Liberdade" seja estendido à pessoa portadora de deficiência. Trata-se de um trabalho de confecção de material esportivo, explica. A Conselheira Sheila Miranda, representante do Ministério da Saúde, diz que o CONADE tem de fazer alguma recomendação no sentido de garantir os recursos para reabilitação, contemplando todas as áreas de deficiência. A Conselheira Isabel Maria de Loureiro Maior declara que em 2001 houve um aumento de verba para a área da pessoa portadora de deficiência, em relação ao ano anterior. Isso permitirá a expansão das metas. Solicita ao CONADE que elabore moção para a recomposição de valores, que permitirão colocar os estudos adiante, ou seja, saber quanto gasta uma entidade. A Conselheira Linamara Rizzo Battistella - representante da Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação, sugere ao Conselho que encaminhe moção à Agência Nacional de Saúde Suplementar - órgão regulamentador dos seguros privados, por não ofertarem serviços à pessoa portadora de deficiência nos planos de saúde.

DEBATES E DELIBERAÇÕES

A Presidente, em exercício, relacionou as propostas apresentadas pelos Conselheiros, a saber: realização da VII Reunião Ordinária do CONADE, na cidade de Recife; descentralização das reuniões, por regiões, priorizando os estados onde não existem o Conselho; alteração do número de reuniões - alterar lesgilação; reuniões de dezembro em Brasília; presença do Presidente do CONADE nas reuniões; encaminhamento de moção ao Ministro da Previdência e Assistência Social solicitando recomposição dos valores para a área da pessoa portadora de deficiência; moção à Agência Nacional de Saúde, explicando como está ocorrendo a situação da pessoa portadora de deficiência nos planos de saúde; solicitação à DATAPREV de revisão do contrato com a

FENEIS; controle de frequência dos Conselheiros; divulgação das reuniões do Conselho na Voz do Brasil, TVE etc; indicação de suplente para a Titular Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior.

SUGESTÕES PARA A PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

O Conselheiro Flávio Arns sugere que na próxima reunião seja feita uma análise da situação da pessoa portadora de deficiência, frente ao FUNDEF, ao qual não tem participação, fato já comunicado ao Ministro da Educação, enfatiza.

ENCERRAMENTO

A Reunião foi encerrada às dezessete horas, com os agradecimentos da Presidente, em exercício. Esta ata vai por mim assinada, Zulma Monteiro de Castro, que a redigi baseada nas fitas de gravação, que se encontram arquivadas na Secretaria Executiva do CONADE.